



Matérias publicadas no site www.mpam.mp.br

1º de Agosto

Justiça acata ação do MPAM e proíbe inauguração de praça com festa aberta ao público em Caapiranga

A Justiça estadual acatou a Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela promotoria



de Caapiranga e, na noite desta sexta-feira (31/07), determinou que a prefeitura local suspendesse a realização da festa de inauguração de uma praça pública, localizada no porto da cidade, evento anunciado para este sábado (1/08). O juiz Diego Daniel Dal Bosco aceitou os argumentos do Ministério Público do Amazonas,

considerando que a realização da festa “contraria as normas vigentes no estado e no município e as recomendações sanitárias mundiais quanto a isolamento e quarentena, como também gera risco concreto à população direta e indiretamente afetada pelo ato, vez que estimula circulação desnecessária de pessoas pela cidade”.

O promotor de Justiça Fabrício Almeida, autor da ACP, também ressaltou que o evento desrespeita as determinações do próprio poder municipal que, apesar de ter começado a flexibilizar as medidas restritivas, manteve proibidos eventos que gerassem aglomerações com mais de cem pessoas na cidade.

31 de Julho

Justiça atende MPAM e determina reajuste de profissionais da Educação em Nova Olinda

A Justiça atendeu pedido de liminar do Ministério Público do Amazonas (MPAM) em Ação Civil Pública (ACP) e determinou ao Município de Nova Olinda do Norte que, no prazo de 30 dias, conceda reajuste do piso salarial dos professores em 12,84% e que restabeleça a gratificação de dobra de carga



horária, suspensa com a pandemia. A decisão foi proferida no dia 30/07 e, caso seja descumprida, acarretará multa aplicada pessoalmente ao Prefeito Municipal. A Ação foi ajuizada pelo titular da Promotoria de Justiça de Nova Olinda do Norte, Kleyson Nascimento Barroso, no dia 06/07.

Em Caapiranga, MPAM tenta impedir festa da prefeitura que desobedece o próprio decreto contra aglomerações

O anúncio da festa de inauguração de uma praça pública, localizada no porto do município de Caapiranga, levou a Promotoria de Justiça local a ajuizar Ação Civil Pública para fazer a Justiça impedir a realização do evento bem como proibir a todos os eventos públicos e privados que tenham sido agendados para os próximos 30 dias na cidade. A festa está prevista para o dia 1º de agosto, este sábado.

29 de julho

COVID-19: testagem prévia no MPAM evita retorno ao trabalho de infectados pelo vírus

A testagem para a detecção da presença do coronavírus feita pelo Ministério Público do Amazonas em membros, servidores e estagiários da instituição evitou que várias pessoas voltassem ao trabalho presencial, a partir da segunda-feira (27), infectadas pelo vírus sem apresentarem sintomas. Os testes começaram a ser feitos em todos



os profissionais da instituição que iniciou o retorno gradativo nesta semana. Ao todo, foram testadas 334 pessoas, das quais foram detectadas 28 com a presença do vírus no organismo (índice de IGM reagente), 73 imunes (índice IGG reagente e IGM não reagente) e 233 pessoas que, teoricamente, não tiveram contato com o vírus (IGG e IGM não reagentes).

24 de Julho

COVID-19: MPAM começa a testagem no grupo que retorna ao trabalho presencial na segunda-feira

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) começou, na manhã desta sexta-



feira (24), a testagem para covid-19 a membros, servidores e estagiários do grupo que recomeça as atividades presenciais na instituição, a partir do dia 27/07, segunda-feira. A medida faz parte do Plano de Retorno às Atividades Presenciais do MPAM, aprovado pelo Colégio de Procuradores Justiça. Participam da testagem cerca de 245 pessoas, que terão sangue coletado para testes rápidos de IgM e IgG (coleta sorológica).

22 de Julho

Começa no próximo dia 27/07, o retorno ao trabalho presencial no Ministério Público do Amazonas. Conforme o Plano de Retorno às Atividades Presenciais do órgão ministerial, nessa primeira etapa retornam apenas os integrantes do Grupo I, que inclui membros, servidores e estagiários lotados na Capital que, tendo contraído covid-19, estejam em situação de não transmissibilidade, nominalmente convocados pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SubAdm). Com 245 nomes, sendo 42 membros, 123 servidores e 80 estagiários, a lista foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do (Dompe) do dia 21/07 e formada de acordo com o questionário eletrônico de mapeamento da situação de saúde da comunidade interna em relação à covid-19, disponibilizado a membros, servidores e estagiários desde 20/06/2020. Para este retorno, as instalações físicas das unidades do MP estão recebendo os últimos toques voltados para a segurança da saúde daqueles que voltarão a trabalhar e das pessoas que visitam os prédios.

19 de julho

COVID-19: MPAM, MPT e DPE firmam acordo com empresa de gás natural que teve dezenas de empregados infectados em Silves e Itapiranga

O Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público do Amazonas (MPAM) e a Defensoria do Estado (DPE) firmaram, na última terça-feira (14), um acordo judicial com representantes da empresa ENEVA que explora gás natural na região conhecida como campo do azulão, compreendida entre os municípios de Silves e Itapiranga. O acordo prevê medidas que deverão mitigar os problemas criados pela disseminação em massa da Covid-19 entre os empregados da empresa e a constatada falta de providências por parte da sua diretoria.